



Governadores falidos. Estão atrás de dinheiro do governo.

Até o próximo dia 13 — quando os governadores da Amazônia estiverem reunidos em Cuiabá (MT) para definir uma pauta de reivindicações a ser entregue ao presidente José Sarney — haverá uma solução para o problema de dívida dos Estados da região. Essa promessa foi feita ontem pelo ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, a governadores da Amazônia, com quem esteve reunido durante cerca de duas horas. Eles, porém, não são os únicos a enfrentar sérias dificuldades. O Paraná, na região Sul, está vivendo hoje “a maior crise financeira dos últimos 30 anos”, afirmou ontem o governador Álvaro Dias. Em Curitiba, ele anunciou, inclusive, que o funcionamento terá de esperar 60 dias para receber o referente ao gatilho salarial, a partir do próximo disparo.

Ao deixar o gabinete do ministro do Planejamento, o governador de Mato Grosso, Carlos Bezerra, falando em nome dos demais adiantou que “viemos negociar uma ajuda do governo federal para nos tirar da insolvência”. Ele acrescentou que os governadores receberam a garantia de que haverá uma solução em breve. Bezerra não soube dizer o montante da dívida dos Estados da Amazônia, mas explicou que o seu Estado é o que está em pior situação. Segundo ele, o Mato Grosso deve, hoje, em torno de Cz\$ 10 bilhões, entre dívidas vencidas e a pagar, fora a dívida externa, de cerca de US\$ 400 milhões. Participaram da reunião com o ministro, além de Carlos Bezerra, Henrique Santillo (Goiás), Amazonino Mendes (Amazonas), Helio Gueiros (Pará), Jerônimo Santana (Rondônia), Getúlio Alberto de Souza Cruz (Roraima), Nova da Costa (Amapá), e o vice-governador do Maranhão, João Alberto de Souza.

Ainda na próxima semana, o ministro chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, promoverá uma reunião dos nove governadores do Nordeste com o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, visando ao mesmo objetivo que levou os da Amazônia a Brasília.

A preocupação maior é do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, o qual teme que a flexibilização da atitude do governo federal em relação aos Estados possa comprometer seriamente o programa de austeridade que ele pretende implementar e que contempla uma sensível redução do déficit público. No ano passado o déficit chegou a 2,7% do PIB, correspondente a Cz\$ 5,0 bilhões, e o ministro gostaria que ele se mantivesse no mesmo nível, em termos nominais, ou até mesmo declinasse um pouco.

Déficit público

Já o governador Álvaro Dias previu que este mês o Paraná deve arrecadar apenas Cz\$ 1,9 bilhão de ICM (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias), embora tenha de despendar Cz\$ 2,1 bilhões com a folha de pagamentos.

“Não queremos atrasar o pagamento dos salários, mas teremos que adiar por 60 dias o pagamento do próximo gatilho”, declarou Dias, acrescentando que “o gatilho é um mecanismo perfeito, quando a inflação é baixa, porém, no atual patamar ele inviabiliza a receita dos municípios e Estados, pois gera o déficit”. O governo decidiu ainda encaminhar mais lentamente o cronograma de obras do setor rodoviário, parcelar em cinco vezes o pagamento de empreiteiras e continuar o combate à sonegação fiscal e às quadrilhas organizadas que atuam no contrabando de soja, café e gado para o Paraguai, via Foz do Iguaçu.

Crise

O prefeito Hélio de Souza, de Capão Bonito, cidade de 90 mil habitantes, na região de Sorocaba, assinou decreto suspendendo o pagamento de todos os fornecedores da Prefeitura por um prazo de 30 dias, em razão da profunda crise financeira que ameaça o município. No próximo dia 15, o prefeito se reunirá com todos os credores para estudar uma forma de saldar os compromissos. Está previsto ainda um corte de 20% nas verbas de todos os departamentos da administração, bem como a proibição de novas contratações, salvo as estritamente necessárias.